

# **EDUCAÇÃO E A SOCIEDADE: UMA ANÁLISE SOCIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL**

**Cristiany Marçal Albuquerque;  
Luís Silva Barros;  
Arinda Cibelle Galvão Lobo;  
Henry Simões Sales Pinheiro.**

**Professora Magda de Freitas Oliveira**

Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI  
Formação Pedagógica para Graduados em Sociologia (FGP0095/1) – Prática do Módulo I  
20/06/2018

## **RESUMO**

*Neste trabalho buscamos fazer uma análise das políticas educacionais com base em duas experiências: a primeira centrada nos programas de avaliação da Secretaria de Educação do Estado do Ceará – SEDUC, e a segunda baseada em um estudo mais amplo sobre participação e gestão democrática da escola brasileira contemporânea. Discutiremos essas duas perspectivas para analisarmos o papel e o impacto de políticas educacionais na construção de nossa sociedade. Concluimos que reformas políticas na educação que garantam o acesso da sociedade, descentralizem o poder e diminuam a desigualdade são cruciais para a saúde institucional do Brasil no século XXI.*

**Palavras-chave:** Brasil. Educação. Gestão. Políticas Públicas. Sociedade.

## **1. INTRODUÇÃO**

A constituição de 1988 traz uma proposta de garantia de bem-estar social, modelo do qual foi experimentado em países da Europa central e Estados Unidos. Até então, várias diretrizes propostas na carta magna de 1988, não foram contemplados, devido a reorganizações no âmbito político-financeiro mundial, da qual afetou o programa de universalização de direitos aos brasileiros. Essa discussão faz parte de um enredo de atraso em relação a efetivação dos direitos sociais do qual historicamente, sempre foram rechaçados pela ordem do Estado. Em se tratando especificamente da educação das pessoas com deficiência, o relógio desajustado da justiça social é de complexa análise.

É possível tratar a educação no Brasil contemporâneo de diversas formas e, seria um equívoco tratar a área educacional de forma monolítica. A proposta do presente artigo é apresentar e discutir distintas perspectivas de análise de políticas públicas na área de educação. Ao compará-las poderemos entender de forma mais clara a gestão dos recursos educativos existentes e também as possibilidades de ação para a construção de políticas educacionais que atendam a necessidade dos diversos setores da sociedade brasileira.

A primeira perspectiva, baseada no estudo documental de (Magalhães Júnior et al., 2013), traz uma cronologia dos processos de avaliação educacional no Ceará a partir de esforços de programas de avaliação no final na década de 70. A segunda perspectiva, discutida por (Lima et al., 2012), ilustra a possibilidade de uma gestão mais democrática e participativa no processo educacional como um todo. Finalmente, traremos uma terceira perspectiva similar à de Lima et al. (2012) também associada com a importância de processos participativos na área da educação (Coelho, 1994; Coutinho, 1998; Gadotti, 1997; Paro, 2003; Valla e Stotz, 1994).

O presente trabalho não abrange o conjunto de possibilidades para a realização de políticas educacionais no Brasil e aborda apenas as perspectivas acima citadas. Futuros estudos poderão somar conhecimentos e experiências complementares que estão além do escopo deste trabalho, já que a proposta aqui restringe-se as duas abordagens discutidas. Apesar de a discussão focar apenas duas experiências na área de educação, analisadas em conjunto trazem lições valiosas para o importante tema da educação no Brasil.

Para organizar a discussão, nosso trabalho será dividido da seguinte maneira. A seção 2 apresenta os pontos principais de cada uma das duas primeiras abordagens e, num segundo momento, interpreta à luz das duas obras os desafios de se fazer política pública na área de educação no Brasil. Esperamos que fique claro que cada abordagem traz diferentes propostas no que diz respeito a uma construção do modelo educacional. Na seção 3, incluiremos um debate a respeito da educação e da participação social para em seguida sintetizar do que foi dito na seção 4, onde apresentaremos nossa própria visão do que acreditamos ser a melhor forma de realizar a difícil tarefa de analisar a conjuntura educacional em torno das pessoas com deficiência no Brasil.

## 2. AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS E GESTÃO DEMOCRÁTICA

Um dos principais temas que o estudo de Magalhães Júnior et al (2013) nos traz é a evolução dos esforços de avaliar a educação no Ceará, desde o final da década de 70, até os métodos formais utilizados pela SEAB e SPAECE no início da década de 90. Citando Pequeno (2000), Magalhães Júnior et al (2013) explicam que os programas de avaliação da década que abrange o período entre 1978 e 1987 sofreu de um certo academicismo, onde a busca dos fatores explicativos pouco relacionados com a implementação de políticas públicas era a maior preocupação das investigações. O resultado deste tipo de pesquisa no que diz respeito ao processo de tomada de decisão e orientação de ações educacionais foi insatisfatório.

A mudança ocorreu com o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino no Meio Rural do Nordeste Brasileiro (EDURURAL), um programa de coleta de dados sobre o rendimento acadêmico em português e matemática de estudantes da rede pública do Ceará, Pernambuco e Piauí financiado e apoiado tecnicamente pelo Banco Mundial no final dos anos 70. Na década de 80 o Ministério da Educação (MEC) juntamente com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) expandiu o programa de avaliação para os demais estados do território nacional. Esta iniciativa foi a base do Sistema de Avaliação do Ensino Público de 1º grau (SAEP) que transformaria no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) em 1991.

Enquanto estes sistemas de avaliação evoluíam e se desenvolviam no plano nacional, o Sistema de Avaliação da Educação Básica no Ceará (SPAECE) era instituído no plano estadual. O desenvolvimento de um sistema de avaliação no nível estadual se deu em parte pelo interesse do estado de elaborar dados específicos para o Ceará e, em parte, por os indicadores educacionais mostraram três graves problemas – acesso ao ensino básico, a produtividade e a qualidade do rendimento escolar – que só poderiam ser sanados com dados mais detalhados. A partir de 1992 o SPAECE começou a fazer avaliações do sistema educacional cearense e em 1995 passou a intercalar as avaliações com os ciclos do SAEB. Essa parceria e coleta de dados seguiu até o ano 2000 quando o INEP divulgou resultados mostrando que a situação educacional no estado do Ceará estava satisfatória, dado que a média do estado no rendimento de português e matemática estava no mesmo nível da média nacional para todas as séries avaliadas.

Em 2005 a política de avaliação educacional foi reestruturada passando a incorporar um elemento de “prestação de contas” (*accountability*) que permitiu uma só métrica de avaliação.

Baseado na escala do SAEB foi possível comparar resultados do estado com as avaliações no âmbito nacional. De fato, Magalhães et al. (2013: 69) ressaltam que:

“Muitos investimentos em infraestrutura física das escolas, em infraestrutura, na realização de concursos públicos têm partido dos resultados das provas do SPAECE, bem como dos relatórios dos questionários contextuais que são respondidos pelos alunos, professores e gestores. Trata-se de uma política que se consolidou ao longo do tempo e que utiliza seus indicadores para avaliar as instituições escolares, a gestão escolar, bem como a prática pedagógica dos professores...”

Os autores concluem que a ligação do SPAECE com o Governo Federal através de sua vinculação com os ciclos de avaliação do SAEB trouxe uma perspectiva de “prestação de contas” através dos resultados das avaliações conjuntas que fortalecem políticas públicas educacionais e informam a tomada de decisão dos agentes responsáveis. No que diz respeito ao processo de avaliação educacional, o Ceará se destaca no cenário nacional justamente por ter conseguido firmar parcerias com instituições detentoras de experiência e tecnologias necessárias a um sistema de avaliação permanente e de larga escala, atrelando o SPAECE com o SAEB. Isto permitiu ao estado planejar e implantar políticas educacionais ao longo dos últimos vinte anos.

O estudo de Lima et al. (2012) já traz uma outra perspectiva das condicionantes sócio históricas das políticas educacionais no Brasil. Apesar de se ter no nível institucional o elemento de “prestação de contas” (*accountability*), como mostrou Magalhães et al. (2013), a construção de uma gestão democrática passa por uma “emancipação da razão” em um “processo de construção permanente da consciência coletiva” (Lima et al. 2012, 51).

Os autores argumentam que a gestão democrática hoje prevalece no plano institucional e governamental, regida por Projetos Político-Pedagógicos formulados não pela comunidade, mas em função de diretrizes do mercado. Parte do problema se encontra na atual cultura do imediatismo que dificulta o processo de gestão democrática que é lento pela própria necessidade de formação de consenso (Lima et al. 2012, 60). De fato, uma educação escolar para todos, no sentido literal, levando-se em conta o caso brasileiro, está longe de se constituir uma realidade concreta, o que é ainda muito pior quando se trata da oferta da educação superior para a classe desfavorecida economicamente.

### 3. EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: ELOS NECESSÁRIOS

Em verdade, é notório que a participação social no Brasil tenha ganhado visibilidade no decorrer dos anos, percebe-se que a apropriação desta encontra-se de forma tímida em relação à participação nas políticas públicas no Brasil. Essa falta de participação é transversal a todas as políticas de estado e que se percebe-se uma falta de cultura política para que se efetive essa aproximação do Estado com a sociedade. as transformações políticas e economicas ocorridas, no contexto mais geral, não contemplaram a sociedade brasileira.

[...] todas as opções concretas enfrentadas pelo Brasil, direta ou indiretamente ligadas à transição para o capitalismo (desde a independência política ao golpe de 1964, passando pela proclamação da república e pela revolução de 1930), encontraram uma solução “pelo alto”, ou seja, elitista e antipopular. (COUTINHO, 1998, 107).

Não queremos afirmar que não houve participação da população nos processos democráticos no Brasil. podemos citar as transformações no setor da saúde pública onde a participação social foi decisiva no decorrer dos anos para a implementação do SUS.

O processo de construção do Sistema Único de Saúde (SUS) envolveu a participação de diversos atores sociais unidos no Movimento de Reforma Sanitária que defendia o projeto de um sistema de saúde, um plano abrangente de políticas públicas capazes de incidir sobre as condições de vida e de trabalho da população, além de prover a proteção coletiva contra agravos, garantindo a sua saúde em todos os aspectos (Valla e Stotz, apud Coelho, 2016).

Sem participação democrática e sem reformar os meios de participação direta nas políticas e na gestão da educação fragiliza e fragmenta o próprio conceito de cidadania, pois não contemplando o sentido ampliado de democracia, voltamos para regimes autocráticos, ditatoriais e meritocráticos de fazer educação no Brasil.

É certo que a participação social na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas vem sendo fortalecida, como prevista e reconhecida pela Constituição Cidadã de 1988. Num país com uma estrutura social injusta e tantas desigualdades, ela é absolutamente necessária. Ela não é só um instrumento de gestão: ela aprimora a democracia e qualifica as políticas públicas. Como costuma dizer Gilberto Carvalho, Ministro Secretário Geral da Presidência, “sem participação social é impossível transformar

democracia política em democracia social”. A igualdade formal, jurídica é insuficiente, sem a igualdade econômica. (Gadotti, 1997)

O caminho para a efetivação da participação social no âmbito da educação ainda pode ser considerado um longo horizonte a ser vislumbrado. deve-se pensar em uma mudança cultural no âmbito da participação política e nas instituições de representação. a escola por exemplo é um local do qual possamos vivenciar esses aspectos da participação social. a participação no âmbito da escola não deve ser vista apenas no ponto do acesso à escola como afirma Paro (2003);

Nessa linha de raciocínio, a democratização da escola pública deve implicar não apenas no acesso da população a seus serviços, mas também a participação desta na tomada de decisões que dizem respeito a seus interesses, o que inclui o envolvimento no processo de escolha de seus dirigentes (PARO, 2003, p. 27).

Educação, escola e participação social é uma realidade que pode ser vivida pelos cidadãos de forma democrática, participativa e ativa em nossa sociedade, mas que para isso seja uma realidade concreta, precisa-se reorganizar o Estado e a sociedade, para a ampliação das formas efetivas de participação social. sendo dessa forma, podemos acreditar que em conjunto com uma transformação na cultura política dos indivíduos, possamos construir um modelo de educação capaz de mudar a realidade social .

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para se mudar as políticas públicas da educação do Brasil se faz necessário construirmos uma gestão democrática, isto é, com a participação do governo na gestão Educacional e participação da comunidade nas políticas educacionais de governo. Os autores contemplados no texto, especialmente (Magalhães et al., 2013; Valla e Stotz 1994), dão ênfase para reformas na educação através da modernização das políticas, descentralização, busca de parcerias, melhorias para os professores com salários equiparado, condições adequadas de ensino em sala de aula e, acima de tudo, a presença da participação popular. Políticas públicas só são eficazes se de fato operarem como ações conjuntas de projetos e leis que visam melhorar o cenário educacional.

No atual contexto de desigualdade que vivenciamos hoje na sociedade brasileira, vemos que os desafios e obstáculos são significativos havendo necessidade de mudanças na políticas

educação para diminuir o fosse existente entre os que tem acesso aos processos de tomada de decisão versus aqueles que não os possuem. De fato, a desigualdade fere a constituição de 1988 que diz, “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho”. (C.F., 1988, p. 63). Logo o Estado deve implementar essas políticas já que a educação está entre os principais lemas e prioridade de uma nação.

Ao longo do paper enfatizamos também que é fundamental a avaliação constante das políticas de educação assim como também promover a participação democrática nas instâncias de poder, nas instituições, onde possamos ter a possibilidade de mudar a realidade no âmbito da educação. É notável que no Brasil as políticas da educação tem avançando nessas décadas mas não atingiu a meta esperada, então a sociedade tende a lutar por um ensino de qualidade que dê possibilidade de desenvolvimento da educação do nosso país.

## REFERÊNCIAS

COELHO, Juliana Sousa. Construindo a Participação Social no SUS: um constante repensar em busca de equidade e transformação. Available at: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v21s1/12.pdf>>. Date accessed: 03 July 2018.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Socialismo e democracia: a atualidade de Gramsci**. In: AGGIO, Alberto (Org.). Gramsci: a vitalidade de um pensamento. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1998.

GADOTTI, Moacir; Gestão Democrática da Educação com Participação Popular no Planejamento e na Organização da Educação Nacional Available at<[http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/artigo\\_moacir\\_gadotti.pdf](http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/artigo_moacir_gadotti.pdf)>. Date accessed: 03 July 2018.

LIMA, Paulo Gomes; ARANDA, Maria Alice de Miranda; LIMA, Antônio Bosco de. **Políticas Educacionais, Participação e Gestão Democrática da Escola na Contemporaneidade Brasileira**. Revista Ensaio, Belo Horizonte, v. 14, n. 01, pp. 51 – 64. 2012.

MAGALHÃES JÚNIOR, Antônio Germano; LIMA, Diva; FARIAS, Maria Adalgiza de. **Políticas de Avaliação Educacional no Estado do Ceará: Histórico dos Programas de Avaliação da Secretaria de Educação Básica do Ceará (SEDUC)**. Tópicos Educacionais, Recife, v. 19, n. 2, pp. 54 – 75. 2013.

PARO, V. H. Eleição de diretores: a escola pública experimenta a democracia. 2. ed. São Paulo: Xamã, 2003.

VALLA, V. V.; STOTZ, E. N. (Org.). Educação, saúde e cidadania. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 142.